



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 210

**GOVERNANÇA URBANA, OBJETIVOS DO MILÊNIO E O PACTO
GLOBAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB)**

Josep Pont Vidal

Belém, Janeiro de 2007

**GOVERNANÇA URBANA, OBJETIVOS DO MILÊNIO E O PACTO GLOBAL NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM (RMB)**

Núcleo de Estudos da Governabilidade e Políticas na Amazônia

Josep Pont Vidal (coord.)

Alunos Turma FIPAM XXI

Maria Clara de Azevedo Fonseca

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Luiz Carlos de Oliveira

Miguel Angel del Valle Panduro

Diana Priscila Sá Alberto

Rosilene Silva de Oliveira

Carlos Alberto de Souza Mascarenhas

RESUMO. Embora não exista uma única causa e explicação sobre o atraso ou o fracasso na consecução dos Objetivos do Milênio (ODM), são apontadas três razões gerais para o retrocesso ou a falta de avanços significativos dos Objetivos: falhas na governança, a existência de bolsões de pobreza e a negligência em áreas específicas de políticas. A governança urbana aparece como um fator chave capaz de estabelecer vínculos de debate democrático e igualitário com os interlocutores da esfera privada e da sociedade civil, e em consequência impulsionar o desenvolvimento na região da Amazônia.

Em este escrito se apresentam os resultados da **primeira parte da pesquisa**, baseada em um estudo de caso. A pesquisa tem como objetivo, a análise do poder local, e dos agentes sociais para participar no diálogo social, a partir de uma tipologia de governança que favoreça esse diálogo. Na primeira parte da pesquisa, em virtude da natureza do tema e dos objetivos da pesquisa será utilizado um Estudo de Caso. Na **segunda parte da pesquisa**, (ainda em andamento) a análise dos dados realizar-se-á a partir da análise qualitativa por teorização, inspirado na *Grounded theory*.

Este escrito é o resultado da pesquisa: “Governança urbana, Objetivos do Milênio e ou pacto Global não Estado do Pará”, realizada entre os meses de dezembro e abril do 2007, no Núcleo de Estudos de Governança e Políticas da Amazônia, (NAEA-UFPA), dirigido pelo Prof. Dr Josep Pont Vidal. Os alunos que participaram deste projeto formam do Núcleo de pesquisa e da Turma FIPAM XXI (2006-2007).

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou, em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para a redução da pobreza em escala mundial. Mas, até hoje, o cumprimento das metas se produz de forma desigual. Diversos relatórios (o PNUD 2005, por exemplo) indicam que, nos meados da atual década, os governos fizeram esforços para cumprir os ODM, embora de forma diferenciada. Um elemento básico neste avanço é o estabelecimento do diálogo social, que se concretiza através da campanha *Global Compact* (Pacto Global). A estratégia refere-se à criação do consenso necessário entre o poder público, a esfera privada e a sociedade civil.

Não existe apenas uma só explicação para o atraso ou fracasso na implementação dos ODM. Diversos relatórios como o "Millenium Project. Investindo no Desenvolvimento, 2005", por exemplo, apontam três razões:

- Falhas na governança;
- Existência dos bolsões de pobreza;
- Existência de áreas de negligência específicas das políticas.

Todos os aspectos pioram quando são analisados a partir das variáveis da equidade de gênero (segundo o GT-Equidade ou “Declaração de Quito”) e a inclusão das minorias étnicas nos países e comunidades. São ainda poucos os Estados que conseguiram estabelecer um tipo de governança capaz de impulsionar redes e foros, nos quais os atores sociais possam participar. Diversos aspectos como o tipo de governança, a intensidade e qualidade das redes e nível de capital social são elementos básicos para o alcance dos ODM.

No Brasil, o avanço ainda é lento. A taxa de pobreza caiu de 33,6% (2001) para 32,1% (2004) e o índice de miséria passou de 14,5% (2001) para 12,6% (2004). Nos Estados do Sul e Sudeste, a redução da pobreza foi maior. O mesmo não aconteceu nos Estados do Norte e Nordeste. Um elemento básico na velocidade deste avanço é o diálogo social proposto pelo Pacto Global (ver em anexo as empresas brasileiras que participam).

No **Estado de Pará**, diversos estudos indicam que o processo de redução da pobreza é lento, o que significa que os ODM pouco avançaram. É comum se acreditar que países, Estados e cidades exportadoras de matérias-primas em larga escala possuem elevada qualidade de vida, mas a análise empírica demonstra o inverso. O Pará, por exemplo, é um dos Estados de maior produção mineral do planeta. Todavia, a mais-valia do enorme volume de mineral exportado pouco contribui para o desenvolvimento da região. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Pará tem 6.192.307 habitantes (2004). Deste total, 42% têm renda mensal inferior a 100 dólares (cerca de R\$ 205,00), enquanto que 25% ganham até dois salários mínimos (R\$ 760,00).

No caso dos **municípios da Amazônia oriental**, como entes públicos mais próximos à gestão e condução dos Objetivos, esta situação se manifesta com maior intensidade, por diversas razões: por um lado, o papel histórico da sociedade civil, historicamente débil, e por outro lado, a lógica empresarial. Neste contexto, o município é a forma de organização mais próxima da sociedade e com mais possibilidade para formar as redes e promover os consensos sociais, que, no final, são as instâncias nas quais se concretizarão os ODM no país. Assim, a governança urbana aparece como variável central. O surgimento de uma governança urbana capaz de estabelecer vínculos de debates igualitários com os interlocutores é importante para compreender a situação e impulsionar o desenvolvimento na Amazônia.

Tradicionalmente o **poder local**, com interesses clientelistas com o setor privado, não vem se preocupando com a busca de soluções a partir do consenso o do diálogo entre iniciativas públicas, privadas e sociedade civil. A estes fatores caberia acrescentar outros de caráter histórico e estrutural, como as políticas de ocupação e exploração da Amazônia, o papel do Estado brasileiro e as políticas de planejamento macroeconômicas, em detrimento das políticas regionais (GUIMARÃES NETTO, 1996), ou o papel das instituições e agências criadas pelo ente estatal (a extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM). Historicamente, as cidades da Amazônia também estiveram separadas de outras regiões e cidades industriais do sul e sudeste do país com maior tradição na busca de soluções a partir do diálogo e do consenso entre iniciativas públicas e privadas.

No estudo dos municípios da RMB, salvo poucas exceções de períodos de tempo muito limitados, observa-se que esta situação se manifesta com gran intensidade, por diversas razões de caráter histórico, econômico, social e cultural: a falta de interlocutores nos municípios de recente criação e conseqüentemente uma sociedade civil ainda pouco estruturada. O poder público local possui pouca tradição na busca de soluções a partir do consenso entre iniciativas públicas e privadas. Entretanto, é necessário ressaltar como característica dos municípios da RMB, como da toda a região da Amazônia oriental, a existência de numerosas redes informais estabelecidas entre a população, aspecto que requer uma análise metodológica diferenciada.

Na **Região Metropolitana de Belém**, por exemplo, a sociedade civil ainda é pouco organizada. As razões disso, aponta estudo, são de caráter histórico, econômico, social e cultural. O poder público possui pouca tradição na busca de soluções a partir do consenso entre iniciativas públicas e privadas. Entretanto, é necessário ressaltar a existência, na Região Metropolitana de Belém, de numerosas redes

informais estabelecidas entre a população. O estudo incluiu os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará.

Por lo que respecta a la participación de la **sociedad civil**, tampoco se puede ser muy optimista. Diversos fatores que contribuem para isso. Por um lado, uma sociedade civil fraca, tradicionalmente pouco estruturada em redes e associações, a existência de associações de trabalhadores e sindicatos débeis e confrontados as rápidas mudanças no mundo do trabalho e aos pactos macroeconômicos a nível federal, assim como, a existência de sindicatos de trabalhadores do campo radicalizados por anos de lutas e reivindicações.

A baixa renda na Amazônia tem explicações. Uma delas é desmobilização da sociedade civil, onde, por exemplo, os sindicatos e associações de trabalhadores não acompanham as rápidas mudanças no mundo do trabalho e ignoram os pactos macroeconômicos. Além disso, os trabalhadores rurais participam de organizações que adotaram o radicalismo para lutar por suas reivindicações.

Outra explicação para a discreta redução da pobreza na região é a existência de uma **estrutura empresarial** - composta por empresas extrativistas, minero-metalúrgicas, agropecuárias e madeireiras - com pouca tradição de consenso e diálogo. Além disso, nestes setores produtivos, há grupos nacionais e estrangeiros bem organizados na defesa dos interesses das empresas. Muitas vezes, esses grupos se aproveitam da ausência do poder público nas diversas regiões e utilizam práticas criminosas apenas com o objetivo de aumentar os ganhos de capital. Essas ações do setor privado geram fortes tensões e conflitos no campo e nas cidades que desembocam no uso da violência como instrumento para se resolver as diferenças. É o que comprovam diversos estudos (BARP, 1997, 1998; CPT, 1995, 1996, 2005; SAUER, 2005, entre outros).

No Pará, as empresas ignoram o **diálogo social**. Prova disso é que até maio (2007), deste ano nenhuma delas se envolveu com a campanha do Pacto Global. Por tradição, o poder público local, que mantém interesses clientelistas com o setor privado, não estimula o diálogo entre as iniciativas públicas e privadas e a sociedade civil. Além disso, há fatores histórico e estrutural, como as ações de ocupação e exploração da Amazônia e a adoção de políticas de planejamento macroeconômicas que ignoram as realidades regionais (GUIMARÃES NETTO, 1996). Historicamente, as cidades da Amazônia sempre estiveram "distantes" dos pólos industriais do Sul e Sudeste do país que incentivam mais o diálogo social e o consenso entre iniciativas públicas e privadas.

Tabela 1. Distribuição da POC por classe de rendimento nominal mensal. Todos os trabalhos em salário mínimo (2000)

CLASSE DE RENDIMENTO	BELÉM		ANANINDEUA		MARITUBA		BENEVIDES		SANTA BÁRBARA	
	Número	%	Númer	%	Núme	%	Númer	%	Número	%

	habitantes		o habitantes		ro habitantes		o habitantes		habitantes	
TOTAL DA POC	460.540	-	137.72	-	21.32	-	10.245	-	3.435	-
Até 1 SM	118.221	25.67	3	26.6	5	31.47	3.338	31.61	1.297	37.76
Mais de 1 a 2	134.290	29.16	26.748	8	6.712	36.28	3.475	33.92	1.151	33.51
Mais de 2 a 3	55.985	12.16	42.190	30.6	7.737	13.72	1.403	13.69	340	9.90
Mais de 3 a 5	54.002	11.73	19.453	3	2.926	11.02	1.105	10.79	267	7.77
Mais de 5 a 10	49.586	10.77	18.246	14.1	2.350	4.14	509	4.97	121	3.52
Mais de 10 a 20	24.307	6.28	12.290	2	882	1.11	134	1.31	40	1.16
Mais de 20	13.507	2.93	3.612	13.2	237	0.45	140	1.37	70	0.20
Sem rendimento	10.641	2.31	1.313	5	96	1.81	243	2.37	213	6.20
			3.671	8.92	386					
				2.62						
				0.95						
				2.81						

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

1. A Pesquisa

Como indicadores do nível de governança local existem três diferentes atores: o poder local, a sociedade civil e o mercado. Cada um deles impulsiona diferentes imperativos que freqüentemente representam contradições entre si. Dadas as múltiplas e constantes interações, as decisões sobre os ODM acabam sendo acontecendo, muitas vezes, a partir de conhecimentos incompletos e desfigurados sobre o meio social. Outro aspecto problemático se refere às decisões dos diferentes imperativos que se caracterizam por renúncias, mudanças de comportamento e formas de aprendizagem coletiva.

Neste contexto, aparecem novos questionamentos. Existe uma aplicação de governança urbana – ou mais especificamente governança urbana-rural - com capacidade de realizar o diálogo democrático necessário entre entidades públicas e privadas e a sociedade civil? Como podemos identificar novas formas de governança urbana a partir de ações eficientes? Quais ações e estratégias são realizadas pela sociedade civil organizada e a iniciativa privada para a execução dos ODM e do Pacto Global na Grande Belém?

Diante disso, destacam-se dois elementos centrais: a governança urbana e os interlocutores com capacidade de estabelecer o diálogo necessário. A estes elementos teremos que acrescentar um terceiro: as redes informais constituídas pela população. O tipo de governança urbana impulsionada pelo poder local é uma das chaves para estabelecer o diálogo e consenso sociais. Sobre o setor privado, também aparecem questões a serem analisadas como, por exemplo, a predisposição e a tipologia do diálogo continuado e a participação nas redes e foros municipais e regionais. Logo, a combinação e a interconexão desses aspectos são básicos para o êxito e o cumprimento dos objetivos propostos pela ONU. Mas, desde o início, estavam previstas dificuldades de toda a ordem por causa da grande quantidade de atores que integram a necessidade de consenso e da criação das redes.

A escolha da Região Metropolitana de Belém (RMB) como objeto de estudo não foi aleatória. É que, juntos, os municípios que a integram registram o quinto maior crescimento populacional do Brasil. Sem controle, este aumento da população causa problemas sociais graves como o desemprego, a ocupação desordenada do solo urbano, o déficit habitacional, a falta de saneamento básico e água tratada e a piora na qualidade dos serviços públicos. Como resultado, houve a expansão dos bolsões de pobreza na região metropolitana e o incremento da exclusão social.

Os setores produtivos - comércio, serviços e indústria - não conseguem gerar empregos formais para atender o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) nos municípios da Região Metropolitana de Belém. Com isso, cresce o mercado informal de trabalho. Dados mostram que, em 2001, mais de 50% dos trabalhadores da Grande Belém estavam sem carteira assinada¹, siendo tan solo las administraciones públicas las que geram o empleo². Neste contexto, a pesquisa analisa:

- O tipo de interação entre ou poder local e os agentes sociais;
- O conhecimento e predisposição do poder local e dos agentes sociais e econômicos (sociedade civil organizada e setor empresarial) em impulsionar o diálogo social e redes com a finalidade de participar da consecução dos ODM.
- A atuação dos agentes econômicos nas ações de responsabilidade social.

2. Objetivos do Milênio: o caminho do diálogo e o consenso necessário

No final da década de 90 do século passado, diversos relatórios alertavam sobre as dificuldades enfrentadas pelos Países de Desenvolvimento Baixo (PDB) e Países de Desenvolvimento Médio (PDM) na hora de impedir o aumento da pobreza e da miséria em continentes como a África e América Latina. O cumprimento dos ODM é lento. Nestes países, as populações enfrentam a falta de moradia e emprego e péssimos serviços nas áreas de saúde e educação.

O contexto mundial era baseado na guerra fria. Com isso, as nações investiram mais em complexos da indústria militar. Até hoje, muitos países, especialmente os PDB, investem muito na modernização de seus exércitos. Por outro lado, os chamados Estados de bem-estar reduziram os serviços de assistência social, que passaram para as mãos do emergente terceiro setor ou da iniciativa privada, conforme análise de diversos autores (OFFE, 1975; SPOSATI, 2004; PONT VIDAL, 2007).

Diante disso, os poderes públicos se viram na necessidade de recorrer ao setor privado para poder financiar as crescentes e urgentes demandas sociais, sendo cada vez mais urgente à necessidade de se obter consensos entre os setores público e privado e a sociedade civil.

¹ Ver a respeito: Ana Laura DOS SANTOS SENA “Dimensões de Informalidade em Belém”. UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, n. 113. Dezembro, Belém, 1998; RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil contemporâneo, 1991-2001, Rio Janeiro, IPEA, 2001.

² Brasil possui 4.521.000 funcionários públicos, sendo que 8 % estão empregados nos municípios. In: Folha de São Paulo, quarta-feira, 21 dezembro, 2005.

Muitas empresas tomaram consciência desta situação e por diversas razões – conseguir a ampliação das vendas, melhorar a imagem diante da opinião pública e obter tratamento fiscal diferenciado - começaram a executar ações sociais. Mas os resultados eram pífios por vários motivos: a falta de coordenação e planejamento das ações e o inexpressivo efeito endógeno multiplicador dos programas.

Para mudar este quadro, a ONU anunciou, em 2000, a necessidade de impulsionar os ODM em todo o planeta através de maior cooperação entre o poder público e a iniciativa privada. Para isso, foi lançada a campanha do Pacto Global.

Os ODM compreendem uma série de iniciativas e propostas nas áreas da saúde, erradicação da pobreza extrema e do desenvolvimento econômico e social. Diversas agências das Nações Unidas (PNUMA, OIT, UNIDO e PNUD) propuseram uma coalizão em que se aspira que os agentes sociais privados cooperem e participem ativamente na consecução dos objetivos propostos. As iniciativas propostas se concretizam nos ODM e no acompanhamento dos países.

Os ODM devem erradicar a pobreza extrema até o ano de 2015. Em 2000, 147 países se comprometeram a alcançar oito objetivos de desenvolvimento até o final deste prazo. Impuseram-se metas e indicadores específicos para monitorar seu progresso. Entre os ODM, está o que propõe melhoria da qualidade de vida de 100 milhões de pessoas que vivem em assentamentos rurais precários. Para o cumprimento dos ODM, diz a ONU, é necessário existir a “vontade política por parte dos governos nacionais, assim como mais esforços da comunidade internacional e maior participação do setor privado em temas de desenvolvimento. Mas, também, requer o compromisso das pessoas de todo o mundo por meio da ação voluntária”. Nesta declaração se sobressaem como pilares básicos: 1) a vontade política por parte dos governos, 2) participação do setor privado e 3) o papel e participação do voluntariado.

O Pacto Global é, também, uma iniciativa da ONU. A meta é estimular a responsabilidade social das empresas. A operacionalidade deste pacto se iniciou no ano de 2000, quando começaram a sincronizar as atividades e as necessidades das empresas com os princípios e objetivos das ações política e institucional das Nações Unidas, das organizações trabalhistas e da sociedade civil. Esta iniciativa se concretiza com o Pacto Global, promovido igualmente por diversas agências das Nações Unidas. Trata-se de um instrumento de livre adesão por parte das empresas, organizações trabalhistas e civis, que se apóiam no compromisso de implantação de dez princípios do Pacto Global em suas estratégias e operações, com o objetivo de promover uma maior participação do setor privado.

Para que este pacto possa dar os frutos esperados, as empresas, as organizações civis, a ONU, as organizações especializadas (OIT, UNCTAD, entre outras), as organizações não governamentais globais (AI, HRW e WWF) e as uniões sindicais internacionais (ICFTU, UNI e TUAC) devem promover os objetivos e princípios do mesmo. O Pacto Global é uma iniciativa de compromisso ético, destinada às empresas de todos os países para que desenvolvam dez princípios de conduta e ação em matéria de direitos humanos e trabalhistas, conservação ambiental e combate à corrupção. A finalidade é promover a cidadania corporativa global, que permita a conciliação dos interesses e processos da atividade empresarial com os valores e demandas da sociedade civil, assim como com os projetos da ONU, organizações internacionais setoriais, sindicatos e ONGs.

O Pacto Global se apóia em quatro instrumentos principais:

- Desenvolvimento de iniciativas conjuntas para a promoção de boas práticas empresariais;
- Criação de foros de diálogo e redes de colaboração entre o mercado e a sociedade nas matérias objetos do Pacto;
- Promoção de um foro ativo de educação e aprendizagem para promulgar estes valores entre a comunidade educativa, assim como estudos de casos e de iniciativas piloto de implementação dos princípios;
- Criação de redes e plataformas locais e nacionais que permitam a aprendizagem mútua entre empresas, assim como dar resposta às necessidades e interesses específicos de cada comunidade empresarial para a implantação dos dez princípios.

3. Pacto Global (*Global Compact*)

Com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional a apoiar as Nações Unidas na promoção de valores fundamentais nas áreas do meio ambiente e dos direitos humanos e trabalhistas, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, lançou, durante o Fórum Econômico de Davos, em 1999, o Pacto Global com o objetivo de contribuir para o avanço na prática da responsabilidade social corporativa e na busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva. As agências das Nações Unidas envolvidas com o Pacto Global são o Alto Comissariado para Direitos Humanos, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O objetivo do Pacto Global é encorajar o alinhamento das políticas e práticas empresariais com os valores e os objetivos aplicáveis internacionalmente e universalmente acordados. Estes valores principais foram separados em dez princípios chaves, nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção, que foram escolhidas por possuírem um potencial efetivo para influenciar e gerar mudança positiva.

As empresas são protagonistas fundamentais no desenvolvimento social das nações e devem agir com responsabilidade na sociedade com a qual interagem. Na medida em que se envolvem nesse compromisso, contribuem para criar uma sociedade mais justa e compreendem mais profundamente as oportunidades existentes num contexto social complexo e dinâmico. Por isso, todas as empresas do mundo, sem distinção da área em que atuam nem de que tamanho sejam, foram convidadas a participar.

A adesão ocorre com a assinatura de um documento intitulado "Os Nove Princípios do Pacto Global", no qual se comprometem a apoiá-lo e realizar parcerias com as agências e programas da ONU.

O Pacto Global não é um instrumento regularizador ou um código de conduta, mas uma plataforma baseada em valores que visam a promover a educação institucional. Utiliza o poder da transparência e do diálogo para identificar e divulgar novas práticas que tenham como base princípios universais, como são aqueles dos direitos humanos. Mais de mil empresas já fazem parte do Pacto Global em países como Rússia, China, Brasil, Índia, Alemanha, Noruega, Indonésia, Tailândia, Estados Unidos e outros.

a) Os Dez Princípios³

Princípios de Direitos Humanos

1. Respeitar e proteger os direitos humanos;
2. Impedir violações de direitos humanos;

Princípios de Direitos do Trabalho

3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
4. Abolir o trabalho forçado;
5. Abolir o trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;

Princípios de Proteção Ambiental

7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Promover a responsabilidade ambiental;
9. Encorajar tecnologias que não agredem o meio ambiente.

Princípio contra a Corrupção

10. Combater a corrupção em todas as suas formas inclusive extorsão e propina.

4. O Pacto Global no Brasil

No primeiro semestre de 2000, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social conduziu um processo de engajamento das empresas brasileiras ao desafio proposto pela ONU através do Pacto Global. No total, 206 empresas brasileiras assinaram o compromisso com as Nações Unidas. A relação das signatárias foi entregue ao secretário-geral das Nações Unidas numa reunião no dia 26 de julho de 2000, em Nova York (EUA), da qual participaram executivos das maiores corporações do mundo, diretores

³ Para informação mais extensa: Millenium Project. Relatório para o Secretário-Geral das Nações Unidas. Investindo no desenvolvimento. Um Plano Prático para Atingir os Objetivos de desenvolvimento do Milênio. 2005.

gerais de diversas agências da ONU, além de representantes de organizações não governamentais e de trabalhadores de diversos países. Na ocasião, o Instituto Ethos apresentou proposta de realização de um evento sobre a aplicação dos princípios do Pacto Global no Brasil. O evento, denominado “Diálogo Empresarial sobre os Princípios do Pacto Global”, ocorreu no segundo semestre de 2001, em Belo Horizonte (MG), e contou com a presença de mais de 300 representantes de empresas, organizações da sociedade civil, meio acadêmico, veículos de comunicação e de agências das Nações Unidas. Promovido pelo Instituto Ethos numa parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (Usaid), o encontro promoveu o avanço das discussões sobre os princípios do Pacto Global no Brasil.

Pouco tempo depois, Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, foi convidado a integrar o Conselho Internacional do Pacto Global e propôs que o *III International Global Compact Learning Forum Meeting* fosse realizado no Brasil. Este encontro internacional, que visou a troca de experiências entre empresas e outras organizações participantes do Pacto Global, foi realizado pelo escritório mundial do Pacto Global em dezembro de 2003, em Nova Lima (MG), pela Fundação Dom Cabral. Também em dezembro desse mesmo ano, foi criado o Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG), integrando representantes do setor privado, sociedade civil organizada, universidades e a ONU.

Em junho 2004, realizou-se, em Nova York, o *Global Compact Leaders Summit*. O encontro histórico de 480 executivos das empresas signatárias, líderes de organizações internacionais do trabalho, sociedade civil e agências das Nações Unidas foi conduzido pessoalmente pelo então secretário-geral da ONU, Kofi Annan. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, proferiu a palestra magna. O Brasil foi representado por 27 executivos⁴.

a) Objetivos Definidos para o Comitê Brasileiro do Pacto Global

- Massificação dos seus princípios no País
- Ampliação da adesão de empresas e organizações brasileiras
- Apoio às empresas brasileiras para a implantação dos princípios
- Promoção de troca de experiências e aprendizado dos princípios do PG
- Exercício das funções de articulador internacional com as demais redes do PG e com o escritório em Nova Iorque
- Promoção do vínculo entre os princípios do PG e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- Assessoramento ao Presidente do CBPG

⁴ Com a participação das seguintes organizações: Aché Laboratórios, Aracruz Celulose, Banco do Brasil, Bovespa, Caixa, Copagáz, Copel, Fundação Dom Cabral, Grupo Pão de Açúcar, ISAE/FGV, Instituto Ethos, MDD Papéis, Natura, Nutrimental, Petrobras, PNUD, Portela, Souza Cruz e Valor Econômico.

b) Representatividade do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)

O CBPG foi especialmente planejado para ser representativo das diferentes organizações de interesse para o Pacto Global. Dele participam:

- Agências da ONU
- Entidades empresariais
- Organizações de trabalhadores
- Organizações da sociedade civil que trabalham com os temas Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Meio Ambiente e/ou Combate à corrupção;
- Instituições de ensino
- Organizações da sociedade civil que trabalham com o tema Responsabilidade Social das Empresas

c) Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) não é o tema central deste estudo. Entretanto, é preciso apresentar os princípios que sustentam a RSC, já que eles estão vinculados à estratégia dos agentes econômicos frente aos ODM. A responsabilidade social corporativa é abordada no âmbito das empresas⁵ europeias e norte-americanas desde o começo da década de 90 do século passado (CARROL, 1991).

No **Brasil**, o tema só passou a ser abordado alguns anos mais tarde (VERGARA e BRANCO, 2001; PELIANO, 2002), extendiendose a temática também no âmbito sindical⁶. Diversos estudos mostram a falta de compromisso do setor empresarial brasileiro frente a RSC. As experiências emergentes, embora incipientes (PONT VIDAL; WELLINGTON; BELCHIOR, 2004), situam as empresas do país entre as que menos recursos destinam para a RSC.

A maioria dos estudos mostram que a RSC de uma empresa pode ser subdividida em quatro tipos: econômica, legal, ética e filantrópica. Outros estudos sintetizam a RSC em três níveis de abordagem: a obrigação social, a reação social e a sensibilidade social ou pró-atividade social. Neste contexto, aparecem os seguintes questionamentos: as ações do RSC comportam quais efeitos para o desenvolvimento endógeno da comunidade? Qual é o efeito multiplicador de suas ações?.

5. Marco analítico-conceitual: governança urbana-rural na Amazônia

⁵ Fórum de Responsabilidade Social do Instituto de Desenvolvimento Social, IBAS-*Internacional Association for Business and Society Tenht*. Annual Conference, Paris, 1999, Recife, 2001.

⁶ INSTITUTO OBSERVATORIO SOCIAL, Responsabilidade Social Empresarial. Perspectivas para a atuação sindical. Florianópolis, 2004.

É cada vez mais corrente o uso do termo governança para se definir uma nova forma de relacionamento entre Estado e sociedade. Mas essa definição suscita alguns questionamentos. Por que Estado e sociedade precisam de uma nova forma de relacionamento? Quais as bases e objetivos desse relacionamento?

Nas ciências sociais, o embate de idéias sempre encontra terreno fértil. Entretanto, no recente debate sobre gestão pública, encontramos na literatura um certo consenso entre autores de diferentes escolas e correntes de pensamento sobre a existência de crise no Estado. Não é nosso objetivo discutir sobre as várias vertentes que definem e apontam as causas e dimensões dessa crise. Ressaltar as mais citadas como gênese desse processo é o que pretendemos explicitar, como forma de melhor ilustrar o entendimento que temos sobre governança.

Situamos como marco referencial da crise do Estado brasileiro, fatores externos e internos. No plano externo, Diniz (1997) afirma que “as crises do petróleo, o colapso do sistema financeiro internacional, os efeitos associados à terceira Revolução Industrial e a globalização traduziram-se na pressão das agências internacionais em prol de políticas de estabilização e ajuste, que caracterizariam o debate público em âmbito mundial”. No plano interno, ele assinala como principal causa “o desgaste da matriz político-institucional que moldou a ordem sob cuja égide evoluiria a industrialização por substituição de importações”⁷.

Verifica-se que nas duas últimas décadas a conformação desses fatores engendra situações de crescente desequilíbrio fiscal, desordem das contas públicas e inflação galopante. Para enfrentar essas situações, o Estado brasileiro já adotou inúmeras iniciativas de estabilização da economia, submetendo à população a diversos planos econômicos. Se de um lado esses processos desencadearam fatigantes seqüências de ensaios e erros, sem lograrem o êxito almejado; por outro, abriram espaço para o fortalecimento dos movimentos sociais e outras formas de organização da sociedade na reivindicação por reformas urbanas e agrárias.

No cenário mundial, verifica-se a crescente expansão da globalização e a ascensão do neoliberalismo, que defende a adoção de um Estado mínimo e vê no mercado como o melhor e mais eficiente mecanismo de alocação dos recursos. Essa forma de conceber o papel do Estado passa a exigir mudanças substanciais na forma de organização e concepção do Estado brasileiro, tornando-se imprescindível a adaptação ao novo ordenamento econômico e financeiro, assim como adequação à nova sociedade e às novas formas políticas de representação de interesses.

É nesse contexto que a Constituição Federal de 1988 é promulgada, após intensa mobilização da sociedade brasileira, que reivindicava pela redemocratização do país. A nova Carta Magna trouxe como inovações institucionais a participação do cidadão no planejamento e gestão das cidades e conferiu aos municípios autonomia para elaborar leis próprias, ampliando assim suas competências e responsabilidades.

⁷ DINIZ, Eli “Em busca de um novo paradigma: a reforma do estado no Brasil nos anos 90”, In: Crise reforma do Estado e governabilidade. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, cap. 5, p. 175.

As inovações institucionais trazidas com a Constituição de 1988 apresentam-se como marco referencial legal e político-institucional para estabelecimento de uma “nova forma” de relacionamento do Estado com os grupos organizados da sociedade, o qual tem na premissa da participação cidadã sua base de sustentação e legitimidade, no tocante ao processo de definição, acompanhamento e implementação de políticas públicas.

A governança aparece como instrumento de reforma do Estado brasileiro. Com base no pensamento de Fábio Wanderley Reis (*apud*. AZEVEDO, 2002) se assinala que “embora governança seja um atributo do Estado e governabilidade um atributo da sociedade (...), consideramos que há uma importante imbricação entre ambos, já que o Estado e sociedade só podem ser pensados como entes relacionados. O que significa dizer que só há Estado se houver uma sociedade a ser governada, e que só há sociedade se seus membros conseguirem acordar as regras que presidirão a organização de sua convivência, ou seja, alguma forma de Estado”.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999), ao definir a governança, procura vincular todos os atores da sociedade: “Nem os mercados, nem a política, nem a sociedade podem funcionar sem instituições e regras e que estas – a governança- já não se referem sozinhas às organizações governamentais porque emolduram e entrelaçam as organizações de atores que compreendem: os governos, os atores da sociedade civil e o setor privado, e isso tanto em nível local como nacional e internacional”. Da ciência política, Renate Mayntz (2001) amplia o conceito a partir da interação e cooperação necessárias entre os atores, definindo governança como: um novo estilo de governo, distinto do modelo de controle hierárquico e caracterizado por um maior grau de cooperação e pela interação entre o Estado e os atores não estatais no interior de redes mistas de decisões entre o público e o privado.

Partindo dessas argumentações percebemos que governança é conceito-chave que extrapola os limites e as intenções de um mero instrumento administrativo do Estado, passando a assumir dimensão política que vai qualificar o modo de uso do poder por parte dos atores sociais envolvidos. Isto quer dizer que a qualidade da governança depende do desenho institucional estabelecido pelo jogo político.

Assim, na contemporaneidade, o local passa a ter grande importância na medida em que é visto como “espaço potencial de inovações no campo das políticas públicas, de democratização das relações Estado-sociedade e de projetos de atores sociais endereçados às premissas de inclusão e equidade”⁸. Os entes municipais representam esta nova função.

Destacamos que a noção de local a que nos referimos aqui vai além das fronteiras do governo municipal, pois considera que o exercício do poder envolve os diferentes atores e relações sociais existentes no espaço local que não se esgotam nos limites territoriais, mas se conectam através de ações com outras esferas de governo, redes de movimentos sociais, organizações não governamentais e empresas nacionais e transnacionais.

A tradição das ciências sociais no estudo das comunidades locais as relaciona com o urbano. Ilustramos essa posição através de CASTELLS (1983) quando diz que “na tradição sociológica, o tema da

política urbana está intimamente imbricado com o do poder local, entendido ao mesmo tempo como processo político no âmago de uma comunidade e como expressão do Estado no nível local”.

No Brasil, a literatura sobre gestão pública registra que, nas duas últimas décadas, os governos nacionais, de acordo com o perfil político da gestão local, vêm adotando duas agendas de governança urbana: uma com enfoque neoliberal e outra de matiz democrática. Embora uma ou outra agenda utilizem as mesmas estratégias e pressupostos basilares da governança, as finalidades da aplicação são bem distintas. Enquanto uma está voltada para "o mercado, o empresariado dos governos locais e o modelo de cidade competitiva"; a outra está voltada para “ação na mobilização de forças sociais e ao privilégio da participação cidadã e da equidade” em que a população é amplamente conclamada a ter papel ativo na gestão pública, especialmente no plano local, como no caso dos conselhos de gestão, ligados a diversas políticas setoriais.

Não obstante a essa distinção, parece-nos que os fins justificam os meios e que tanto numa quanto noutra agenda a concepção de governança urbana tem o mesmo compromisso: a melhoria da qualidade de vida nas cidades e a partilha de responsabilidades entre governo e todas as organizações e cidadãos que formam o tecido institucional e social da cidade. O significado de governança urbana seria, então, "a maneira como arrumamos as responsabilidades do governo, do setor público e das comunidades em temas de importância pública” (LINDSAY NELSON, 1997).

O nosso estudo pretende localizar a governança urbana em nível municipal e colocá-la nos debates das políticas públicas, para que, assim, possam ser construídas, implantadas e avaliadas e que todos (setores público e privado, associações civis, movimentos sociais entre outros) possam participar desse processo.

Na Amazônia, o destaque que se deve dar à governabilidade, em se tratando de governança urbana e rural, é o de associá-la ao desenvolvimento da região, considerando que, no contexto das cidades. É evidente que a governabilidade tem que estar relacionada com o desenvolvimento e tem a obrigação de produzi-lo.

Neste estudo consideramos mais adequado nos referir a uma “governança urbana-rural” dadas as características próprias da população da região amazônica. Embora 69% dos habitantes vivam em zonas urbanas (IBGE, 2006), há um expressivo número de pessoas morando em municípios onde as rotinas de vida e de trabalho são semelhantes as das zonas rurais.

6. Metodologia da pesquisa

A governança urbana na Amazônia é objeto de investigação recente, portanto, não existem estudos que tratem o tema com profundidade. Por isso, para analisar a governança urbana frente aos Objetivos do Milênio, o artigo se divide em duas partes diferenciadas. A primeira está baseada na estratégia de caráter exploratório do estudo de caso. A partir dos dados e informações extraídas no estudo de caso, se inicia

⁸ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ESCOLA DE GOVERNO. Relatório de pesquisa: Descentralização e desenvolvimento institucional dos municípios mineiros: avaliação da concepção e da implementação da estratégia do PAPER 210, 2008

uma segunda parte, baseada na estratégia teórico-metodológica da denominada *Grounded Theory* ou “análise qualitativa de teorização”. Serão mostrados os primeiros resultados e algumas conclusões de caráter provisório.

Primeira parte - Para operacionalizar os objetivos e as categorias da governança urbana nos municípios propostos, estabeleceu-se uma metodologia que não parte de um marco teórico pré-estabelecido. Trata-se de um estudo de caráter exploratório-descritivo, no qual se analisam e comunicam diferentes experiências e estratégias dos atores a partir da observação realizada. Optou-se por uma metodologia apoiada no estudo de caso, visto que as principais indagações referem-se aos seguintes pontos: a) Como ocorre a governança urbana? b) Por que avançam lentamente as ações dos Objetivos do Milênio? Dada a natureza dessas questões, partiu-se de uma estratégia de investigação de estudo de caso. Trata-se de um estudo de caso múltiplo, já que se toma como “unidade de análise” (YIN, 2002) a governança urbana dos municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Belém.

O método do estudo de caso se caracteriza por ser uma análise intensiva, ou seja, os elementos centrais são a compreensão como um todo do assunto investigado. Todos os aspectos do caso são apurados: o poder público local e os agentes sociais e econômicos (setor privado).

O estudo se apóia numa estratégia que trabalha com número reduzido de casos definidos teoricamente, sendo o método comparativo o mais importante. No objeto de estudo desta pesquisa se analisa a governança urbana e as suas interrelações entre o poder local, a sociedade civil e a esfera privada. Mas, pergunta-se: como e por que as empresas e as entidades da sociedade civil organizada não participam de forma mais coordenada em redes? Por que as ações das prefeituras são ineficazes na hora de se promover o diálogo social necessário para se alcançar os Objetivos do Milênio?

A partir de um pré-teste, se utilizou a estratégia que combina questionários e entrevistas semi-estruturadas com base em três modelos diferentes. Como técnica complementar se realizaram entrevistas nas empresas privadas para se obter os dados:

1) **Poder público (total 05):** Região Metropolitana de Belém (RMB). Ananindeua, Belém, Benavides, Marituba, Santa Bárbara do Pará.

2) **Sociedade civil (total 10):**

Organizações Não Governamentais: *Argonautas Ambientalistas, CEPEPO, IPAM, SOKA-GAKKA,*

Entidades religiosas: *Basilica de Nazaré, Instituto Internacional Educação (IEB-CNBB), Comissão Pastoral Terra do Pará (CPT).*

Sindicatos: *Sindicato Trabalhadores Educação (SINTEPP), CUT,*

Entidades profissionais: *Federação de Órgãos Assistência Social e Educacional*

3) **Esfera privada (10):** empresas privadas, subdivididas de la forma siguiente:

Serviços:

Setor bancário: *Banco da Amazônia, Banco do Brasil, HSBC*

Supermercados, alimentação: *Supermercado Formosa, Cerpa Cervejaria Paraense*

Transporte aéreo: *TAM*

Comunicação: *Grupo Liberal*

Indústria: *Tramontina*

Outros sectores: *Farmácias Grupo FORTE, VILA –RICA (Hosteleria).*

Os questionários dirigidos ao poder público foram encaminhados aos prefeitos ou gerentes de área das prefeituras. Os questionários específicos para a sociedade civil foram direcionados para a direção e gerência de associações. Os dirigidos ao setor privado foram respondidos por gerentes de empresas ou por pessoas designadas pela direção (geralmente alguém do setor de relações públicas). As entrevistas estavam em cinco esferas norteadoras: 1) Empresa e sociedade civil organizada; 2) Empresa e poder público; 3) Empresa e redes sociais; 4) Ações que se emolduram como de Responsabilidade Social Corporativa; 5) Empresa e Pacto Global.

Segunda parte - A pesquisa compreende diferentes municípios do Estado do Pará. Como casos concretos, analisam-se as experiências das cidades mineiro-metalúrgicas (Barcarena, Parauapebas e Oriximiná) e daquelas em que predominam a atividade industrial e o setor de serviços (Marabá, Santarém e Juruti).

Esta etapa acontece a partir da análise qualitativa de teorização com características inspiradas na *Grounded Theory* (GLASER & STRAUSS, 1967; GLASER, 1992). A obtenção de dados se realiza a partir de uma estratégia que combina os dados quantitativos e os qualitativos. Analisa-se também a governabilidade ou as condições sistêmicas sob as quais se dá o exercício do poder. Para a análise das formas de interlocução do governo municipal, se recorre a uma metodologia indutiva qualitativa, a qual se baseia no estabelecimento de proposições, que se avaliam a partir da análise qualitativa de teorização. Como variáveis que conformam a governança urbana estabelecem-se as seguintes:

- Diálogo social: a partir do impulso do poder local e da interação entre a sociedade civil (associações) e a esfera privada (empresas).

- Criação de redes: os fóruns permanentes impulsionados pela governança urbana.

Apesar da estratégia da análise qualitativa de teorização, as hipóteses surgem à medida que se obtêm os dados. Por isso, se optou por se estabelecer uma hipótese de partida, a qual será modificada ou ampliada à medida que avança a pesquisa. Parte-se da premissa de que o cumprimento dos Objetivos do Milênio só será possível nas prefeituras a partir de uma governança que impulse um diálogo social

democrático de forma continuada a partir de instrumentos como foros e redes que contem com os principais atores sociais da esfera privada e da sociedade civil.

7. Objetivos do Milênio na Região Metropolitana de Belém

Nas prefeituras, o estudo analisa as ações de governança. Na sociedade civil, se analisam o grau de conhecimento dos ODM e a predisposição de se participar de redes locais. No setor privado se faz uma análise das ações de Responsabilidade Social Corporativa e sua integração com os planos das prefeituras e com os Objetivos do Milênio e as recomendações do Pacto Global.

a) Poder local: prefeituras

No Pará, Belém concentra os empregos formais e mantém a maior parte dos serviços públicos nas áreas de saúde e educação. Além disso, a capital paraense tem o comércio e o setor de serviços com maior faturamento em todo o Estado. Essa dinâmica histórico-social de Belém contribui para a expansão territorial em direção aos municípios vizinhos através da interação econômica e social.

Registros históricos revelam que a formação da atual conurbação⁹ urbana foi iniciada na década de 70 do século passado, envolvendo Belém e Ananindeua. Na década de 80, a expansão urbana foi em direção aos municípios de Marituba e Benevides. Nos anos 90, este processo rumou para Santa Bárbara do Pará.

Há indícios de que o processo de formação das regiões metropolitanas no país, dentre outros fatores, resulta das relações sócio-econômicas e políticas que se formam num dado espaço e tempo, considerando a infra-estrutura existente. Além disso, a sua legitimação encontra respaldo na Constituição Estadual de 1988, cujo artigo 25, § 3º, prevê:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

⁹ Conurbação: Conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou por cidades reunidas, que constituem uma seqüência, sem, contudo, se confundirem (Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI)

Por seu turno, o Governo do Pará, em sua Constituição Estadual, dispõe sobre a organização regional::

“Art. 50. A organização regional tem por objetivo:

- I - o planejamento regionalizado para o desenvolvimento econômico e social;
- II - a articulação, integração, desconcentração e descentralização dos diferentes níveis de governo e das entidades da administração pública direta e indireta com atuação na região;
- III - a gestão adequada dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente;
- IV - a integração do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum;
- V - a redução das desigualdades regionais e sociais;
- VI - a participação da sociedade civil organizada no planejamento regional, bem como na fiscalização dos serviços e funções públicas de interesse comum, na forma da lei.

§ 1º. A organização regional será regulamentada mediante lei complementar que, dentre outras disposições, instituirá a regionalização administrativa e estabelecerá seus limites, competências e sedes.

§ 2º. O Estado poderá, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por grupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

§ 3º. Os Municípios que integrarem grupamentos previstos neste artigo, não perderão nem terão limitada sua autonomia política, financeira e administrativa”.

Dessa forma, as Cartas Estadual e Federal conferem condições de legitimidade para o Governo do Estado editar a Lei Complementar Nº 27, de 19/10/1995, instituindo a Região Metropolitana de Belém:

“Art. 1º - Fica criada, consoante o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Belém, constituída pelos Municípios de:

- I - Belém;
- II - Ananindeua;
- III - Marituba;
- IV - Benevides;
- V - Santa Bárbara;

"O ato que institui a Região Metropolitana de Belém em seu artigo 2º prevê a criação de um Conselho Metropolitano, formado pelo governador do Estado do Pará, secretário de Estado de

Planejamento, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, prefeitos dos municípios integrantes e presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios integrantes".

Mas o Conselho Metropolitano nunca foi implantado. Questões de ordem política impedem o processo de consolidação da Região Metropolitana de Belém em seu aspecto administrativo-operacional.

O vácuo deixado pela falta de composição das forças políticas voltadas para o interesse da região como um todo fez com que os objetivos de desenvolvimento da Grande Belém ficassem prejudicados. É temerário afirmar qual a causa ou efeito da não concretização efetiva do ato que criou a Região Metropolitana de Belém, mas pode-se pensar que sem uma composição das forças políticas e administrativas torna-se difícil desenvolver uma região formada por várias cidades onde há interdependência funcional baseada em infra-estrutura urbana e na divisão do trabalho.

Essa inércia operacional provocou a necessidade de novo debate sobre o assunto. Assim, em 7 de abril de 2005, aconteceu o seminário denominado "*Características, desafios e modelo de gestão para a Região Metropolitana de Belém*"¹⁰, promovido pela Comissão de Divisão Administrativa e Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Pará (Alepa). O debate foi dirigido pela deputada estadual Sandra Batista (PC do B), que, em pronunciamento, frisou a necessidade de se constituir o conselho gestor da Região Metropolitana de Belém, como instrumento da governança urbana. Na ocasião, foram apontados alguns dos graves problemas que afetam a Grande Belém: "Aumento da favelização, com a ocupação irregular do solo; baixo índice de urbanização; saneamento básico precário, transporte público de baixa qualidade; elevada taxa de desemprego; violência crescente e ausência de áreas de lazer, que não podem ser vistos isoladamente".

No trabalho de pesquisa que realizamos nos cinco municípios que formam a Grande Belém, percebemos a extensão dessa falta de "gerenciamento unificado" da região. O prefeito de Benevides ilustrou bem essa situação quando atribuiu a fragilidade da região à "forma de se fazer política" e ao fato de que, apesar de ter "a maior concentração urbana do Estado e de contribuir com a maior parte do PIB do Pará, a Grande Belém não tem nenhuma entidade representativa com peso político".

Percebemos que nas Prefeituras de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, a constituição da RMB está circunscrita à questão do transporte urbano e do atendimento nas áreas de saúde e educação. Além disso, verificamos que Belém e Ananindeua tem maior interação em função do lixão do Aurá¹¹. Já Benevides se preocupa não com o uso do lixão, mas sim à produção de chorume que pode vir a contaminar os lençóis freáticos do município, que tem na exploração de fontes de água mineral seu principal sustentáculo econômico. Marituba e Santa Bárbara do Pará também mantêm relacionamento estabelecido muito mais por necessidade do que por estratégia de desenvolvimento humano e econômico de suas populações.

Sobre o impulso por parte do poder local ao diálogo social entre os agentes sociais, se manifestam diversas tendências. Em todas as prefeituras contatadas verificamos que há tendência para o trabalho em

¹⁰ Notícias do Legislativo, in: <http://www.alepa.pa.gov.br/noticias1.asp>

¹¹ Belém deposita o lixo residencial no Aurá.

parceria com a sociedade civil organizada e com a iniciativa privada, mas de forma pontual e com distinção de posicionamentos.

Em Marituba, o contato realizado foi com o secretário municipal de Planejamento. Indagado sobre a parceria com organizações da sociedade civil e com a iniciativa privada, ele disse: “Temos boa experiência no Hospital da Divina Providência com uma ONG italiana”. E completou: “Tenho até pena da empresa privada, pois está sobrecarregada com tantos encargos e tributos”.

Em Santa Bárbara do Pará, a entrevista foi com o secretário municipal de Administração e Finanças. Ele disse que não existem problemas em atuar em parceria com organizações da sociedade civil e com a iniciativa privada, mas a questão é que há poucas empresas instaladas no município.

Em Benevides, o prefeito mostrou-se muito à vontade quando abordou o trabalho em parceria com organizações da sociedade civil e com a iniciativa privada, mas mudou o tom do discurso quando perguntado sobre o relacionamento político entre os municípios que compõem a RMB. Em Belém e Ananindeua, o atendimento foi feito por assessores e, por isso, não foi possível perceber o nível de disposição para o trabalho em rede.

Sobre os Objetivos do Milênio, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará desconhecem as propostas defendidas pela ONU. Já em Belém e Ananindeua, os assessores disseram que "ouviram falar sobre o tema", mas que desconhecem os detalhes. Verificamos que os maiores entraves são a falta de informação e a ampla difusão dos Objetivos do Milênio.

Verificamos ainda que, após o preenchimento dos formulários de pesquisa, quando detalhávamos os Objetivos do Milênio, os entrevistados demonstravam “interesse” e ao mesmo tempo “preocupação em perceber que as metas do milênio perpassavam suas ações de governo, mas não de forma clara, intencional e com o grau de priorização que deveriam e/ou poderiam ter”.

b) Agentes sociais

Os agentes sociais fazem parte da sociedade civil. A da RMB abrange um imenso conjunto de associações, organizações não governamentais, grupos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades religiosas. Dentro da esfera de sociedade civil se encontra o denominado Terceiro Setor, composto na RMB, por 2.180 organizações, sendo 1.696 formais e 484 informais, segundo dados do Programa de Articulação da Cidadania (PAC)¹². Foram selecionadas associações de trabalhadores, organizações laicas de tamanho médio e entidades da Igreja Católica.

a) Associações de trabalhadores

Em entrevista, o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (Sintep) disse que sabia da existência do Pacto Global e dos Objetivos do Milênio. Ele destacou que

¹² In: www.censo3pac.pa.gov.br/clipping2005.

o sindicato promove ações de combate à fome e à miséria através de parcerias com ONGs e a Prefeitura de Belém (PMB). Segundo ele, o sindicato também atua em conjunto com outros organismos para promover a educação de qualidade, a valorização da mulher, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde das gestantes, a qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

Ainda segundo o coordenador, “a organização sindical decide realizar ações em assembléias, através do voto com ampla maioria, acima de 50%”. O entrevistado destacou como ações sociais de sucesso as greves da categoria que atua na rede pública de ensino. Quando indagado sobre as ações sociais que não obtiveram o êxito almejado pela entidade, o entrevistado relatou a tentativa de se garantir maior controle social sobre os recursos provenientes do Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental (Fundef).

Outra entrevistada foi a secretária de Formação Profissional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Pará. Ela afirmou desconhecer os Objetivos do Milênio, mas disse conhecer o Pacto Global. Segundo ela, a CUT do Pará desenvolve ações de combate à miséria através de parcerias como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri).

Além disso, a entrevistada afirmou que a CUT tem ações que buscam a melhoria na qualidade da educação para todos. "A CUT tem parcerias com o Ministério da Educação, Petrobras e Banco do Brasil com o objetivo de se promover a alfabetização e formação profissional através do projeto 'Todas as Letras' e 'Escola Amazônia'".

A CUT também defende, segundo ela, “a bandeira da igualdade entre os sexos e valorização da mulher, melhoria da saúde das gestantes, ações de combate à Aids, malária e outras doenças, através de parcerias com o movimento das mulheres no Estado”. Ainda segundo a entrevistada, a entidade promove ações no sentido de estimular o respeito ao meio ambiente. Todas as ações, frisou, são decididas após debates entre os onze membros da Executiva da CUT no Pará.

Dentre as ações que a entrevistada classifica como "exitosas" estão o projeto de formação profissional desenvolvido pela CUT, além da manifestação denominada “Grito dos Excluídos”, que ocorre sempre no dia 7 de setembro de cada ano. Uma das ações sociais que não obtiveram êxito, segundo a entrevistada, foi “a recusa do governo federal em criar uma Secretaria Especial de Políticas Sociais”.

b) Entidades religiosas católicas

O pároco da Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, também foi entrevistado pela pesquisa. Ele disse que desconhecia os ODM e o Pacto Global. Mas o religioso citou as ações sociais da paróquia. “A Basílica promove ações de combate à fome e à miséria e na promoção da educação de qualidade para todos, de redução da mortalidade infantil, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente”. Entre os parceiros da paróquia estão o Governo do Estado e a Prefeitura de Belém. As ações que obtiveram sucesso, disse o padre, foram as da Pastoral da Saúde, o projeto "Primeiro Emprego" e a assistência a idosos e homens e mulheres de rua.

Uma das ações sociais efetuadas pela paróquia que não obtiveram êxito, segundo o entrevistado, foi a de tentar orientar os meninos de rua. Segundo o padre, “eles preferem ficar nas ruas, porque querem

continuar a consumir drogas (...) Sem a oportunidade de terem um trabalho, eles não conseguirão superar os vícios”.

Outro entrevistado foi o coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Pará e da Regional Norte II (Pará e Amapá) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “Tanto a CNBB quanto a CPT tem conhecimento do Pacto Global e dos Objetivos do Milênio, mas efetivamente acreditamos que pouco foi feito para tirá-los do papel”, disse. Mas, segundo ele, a CNBB não participa de conselhos que debatam a implementação do pacto no Pará, “pois o Estado não se mobilizou”. “Trata-se de uma iniciativa teoricamente interessante. Mas na prática pouco se efetiva. A sociedade civil precisa se articular melhor para fazer efetivamente esses pactos saírem do papel. Acreditamos que somente assim as utopias da ONU poderão se concretizar. Acordos entre o Estado e o setor privado sem o apoio da sociedade civil pouco se efetivam de fato”, destacou.

O entrevistado enfatizou que “a CNBB tem contribuído de forma significativa em todas essas áreas, através de organismos como a CPT, Cáritas, Comissão de Justiça e Paz, Pastoral do Menor e Pastoral Social. Além disso, faremos uma discussão nacional sobre a Amazônia, através da Campanha da Fraternidade de 2007”.

c) Agentes econômicos: empresas e ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Nesta parte do relatório buscamos fazer um diagnóstico sobre a atuação dos agentes econômicos quanto ao compromisso para com a realização dos ODM, relacionando-os com os princípios do Pacto Global. Optou-se pela análise das empresas do setor privado: Banco da Amazônia S/A (BASA), Cervejaria Paraense S/A (Cerpa), Supermercados Formosa, Organizações Romulo Maiorana (ORM), TIM Celular S/A, Tramontina, Forte Center e Hotel Vila Rica. Com isso, apresentar-se-á um conjunto de iniciativas empresariais desenvolvidas no Estado do Pará, mais precisamente na Região Metropolitana de Belém, que podem ou não coincidir com os ODM e com os princípios do Pacto Global. Dessa forma, procurar-se-á mostrar de que maneira as empresas do setor privado estão se comprometendo com a aplicação, na gestão de seus negócios, dos valores da RSC e dos princípios nas áreas dos direitos humanos, das relações de trabalho e do meio ambiente e com os desafios globais mais urgentes nos campos econômico, social e ambiental, compostos por oito ODM. Várias iniciativas são desenvolvidas pelas empresas e as ações estão relacionadas aos princípios do Pacto Global e dos ODM.

Em relação ao BASA, a matriz do banco, em Belém, informou, através de uma funcionária, que a instituição não conhece o Pacto Global e nem os ODM. Mesmo assim, o banco desenvolve ações que podem coincidir com o Pacto Global e ODM. Entre estas ações estão o projeto “Gincana Ecológica”, que estimula os funcionários a desenvolverem ações ambientais como coletar lixo nas praias, plantar mudas de árvores e recolher material reciclável. Outro projeto desenvolvido pelo BASA é o “Pró-Rios”. Trata-se de um programa de limpeza de rios. Ainda na área ambiental, a entidade desenvolve o projeto “Amazônia Recicla” que é um programa interno do banco direcionado a incentivar os funcionários a não utilizar copos descartáveis (que foram substituídos por canecas).

Um outro projeto de iniciativa do banco é denominado “Sexta Técnica”. Trata-se de estimular debates sobre questões ambientais entre funcionários, clientes, fornecedores e prestadores de serviço. Um desses debates aconteceu no dia 16 de março de 2007. No evento, foram proferidas duas palestras. Uma sobre o tema “Manejo florestal: uso racional, desenvolvimento socioeconômico e conservação da floresta”, com Rodrigo Antônio Pereira Júnior, do Instituto Natureza Amazônica. A outra foi sobre o tema “Impacto do mecanismo do desenvolvimento limpo na economia do Estado do Pará”, com Carlos Eduardo Moura da Costa, do BASA. Por fim, existem dois projetos em vias de implantação. Um deles é o “Fornece Verde”, que tem por objetivo trabalhar com fornecedores de produtos considerados sustentáveis (papel reciclável). O outro é o “Amazônia Otimize”, que será desenvolvido em parceria com prefeituras e ONGs.

O BASA também está presente em projetos e investimentos que promovem a inclusão social. Nesse campo, o banco vem desenvolvendo o projeto “Quinta Cultural”, que patrocina o esporte, o lazer e a educação. No caso do esporte, há o patrocínio do banco aos atletas do *All Star* rodas, equipe de basquete formada por deficientes físicos. Na área cultural, são promovidos *shows* musicais com o objetivo de arrecadar alimentos para distribuí-los aos mais carentes. O segmento educação é contemplado através de programas de graduação, pós-graduação e língua estrangeira para os funcionários do banco. Por meio de financiamento, a empresa incentiva a qualificação profissional dos funcionários. O BASA executa esses

projetos porque seu principal objetivo é desenvolver a região. O banco informou ainda que “não há ações de responsabilidade social que não conseguiram alcançar os resultados esperados dentro das estratégias das empresa”. Também informou que “existe predisposição em realizar parcerias com a sociedade civil organizada e o governo por meio da rede de gestão compartilhada ou telere de amazônica, que agrega instituições de pesquisa como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto de Pesquisa Ambiental (Ipam), o Instituto Natureza Amazônica (Inam) e, ainda, ONGs.

A Cerpa, cuja matriz é em Belém, tem conhecimento sobre o Pacto Global e os Objetivos do Milênio e costuma trabalhar com redes sociais através de doações às comunidades carentes e escolas. A empresa informou que possivelmente tem predisposição para realizar parceria com a sociedade civil organizada e o governo. Também informou que desenvolve projetos internos com a participação de funcionários com ações voltadas à comunidade através de doação de brinquedos e cestas natalinas para famílias carentes e trabalhos voltados às escolas por meio de doações de carteiras e brindes para quaisquer atividades de lazer. A empresa informou ainda que as ações de responsabilidade social desenvolvidas são "puramente humanas, não sendo o retorno financeiro o objetivo final nas mais variadas situações de venda e *marketing*".

O Formosa, em Belém, informou que não tem conhecimento do Pacto Global e dos ODM, mas trabalha com redes sociais em parceria com instituições não governamentais, só que não estabelece parceria com o governo. A empresa informou que pratica a responsabilidade social por meio de ajuda a órgãos e instituições como o abrigo "Menino Jesus, Paravidia, Casa Dia e paróquias. A empresa doa cestas básicas de alimentos. Ainda no campo da responsabilidade social, desenvolve ações de combate à fome e à miséria através de doação de produtos cujos prazos de validade estão para vencer. A entidade promove iniciativas para o desenvolvimento da educação, através do treinamento de empregados.

Ainda de acordo com a empresa, a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher se refletem na distribuição dos cargos de confiança, que são divididos de maneira equilibrada tanto para homens quanto para mulheres. Ações de combate à Aids, malária e outras doenças são realizadas através de doações feitas a instituições que trabalham diretamente com a causa. A empresa informou ainda que as ações de responsabilidade social que conseguiram alcançar os resultados esperados dentro das estratégias das empresas foram a do “Menor Aprendiz” e a inclusão de funcionários que apresentam alguma deficiência física. Com isso, todas as ações planejadas deram certo. No que se refere às ações de caráter ambiental, a empresa faz a reciclagem de materiais como papel e papelão e ainda lucra com essa iniciativa porque comercializa o produto.

As ORM (Organizações Rômulo Maiorana, Grupo O Liberal) informaram que tem conhecimento das ações do Pacto Global e dos Objetivos do Milênio. Além disso, trabalha com redes sociais em parceria com o governo, escolas públicas e creches. A empresa informou que pratica a responsabilidade social empresarial por meio de várias iniciativas como o “Ação Global”, que promove a cidadania e oferece serviços gratuitos para a população; e o “Instituto Criança Vida”, que desenvolve ações para reduzir a

situação de risco social de crianças e adolescentes. Esse instituto participa da “campanha permanente” de incentivo à doação de leite humano para o banco de leite da Santa Casa de Misericórdia e ainda apóia o projeto “Timbres da Amazônia” que encontra-se em fase de implantação e captação de parceiros e recursos. Trata-se de um projeto permanente, voltado para a formação técnica de jovens carentes com potencial artístico musical ou manual, com o objetivo de gerar trabalho e renda com a criação de uma luteria (oficina de instrumentos musicais) utilizando-se de madeiras regionais para a fabricação dos instrumentos. As ORM também têm o programa “Amigos do Coração”, que desenvolve trabalhos humanitários como realizações de festas de Natal para crianças de instituições carentes em conjunto com instituições beneficentes; o “Amigos da Escola”, que estimula a atuação do voluntariado na melhoria da qualidade do ensino na rede pública; e “O Liberal na Escola”, que desenvolve a consciência crítica dos pequenos leitores.

A empresa destaca que a ação de responsabilidade social que conseguiu alcançar os resultados esperados dentro das estratégias das ORM foi a “campanha permanente” de incentivo à doação de leite humano para o banco de leite da Santa Casa de Misericórdia.

Outra empresa pesquisada foi a TIM, em Belém. A operadora de telefonia afirmou ter conhecimento das ações do Pacto Global e dos Objetivos do Milênio e informou que desenvolve ações de combate à fome e à miséria, de melhoria da qualidade do ensino público e de combate à Aids, além de promover a qualidade de vida dos seus empregados. Ações de responsabilidade social também são desenvolvidas com o objetivo de buscar a valorização de jovens e adolescentes levando a música para as escolas das redes estadual e municipal do Brasil. Ainda no campo da responsabilidade social, as ações destacadas pela empresa como as que obtiveram bom resultado foram as seguintes: o projeto “TIM Música, que levou a cultura musical para jovens e adultos nas escolas; e o projeto “Canarinhos da Amazônia”, que promove oficinas de instrumentos de percussão.

A Tramontina, em Belém, informou que tem conhecimento das ações do Pacto Global e dos Objetivos do Milênio. Disse que trabalha com redes sociais em parceria com o Sesi e prefeitura, sendo que desenvolve ações de combate à fome e à miséria. Também executa ações na área de educação de qualidade para todos e de combate à Aids. Promove também a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente. Ainda no campo da responsabilidade social, as ações destacadas pela empresa como as que obtiveram bom resultado foram as educacionais e ambientais.

Conclusões

As análises deste estudo são baseadas em diferentes tipos de questionários, que mostram a predisposição, conhecimento e ações empreendidas pelos atores sociais e pelo poder público para a execução dos ODM. Estas conclusões são de caráter provisório, posto que, na segunda fase da investigação, se fará um levantamento de dados mais completo sobre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada.

Os municípios da Grande Belém possuem ações próprias para o combate e redução da pobreza, mas que não coincidem com os ODM. Nos três municípios pesquisados existe total desconhecimento dos ODM, enquanto que nos maiores (Belém e Ananindeua) observa-se uma confusão a respeito destes objetivos.

As ações de governança devem criar um clima que facilite o diálogo social contínuo entre os diversos atores presentes no município. Mas freqüentemente se manifestam sentimentos paternalistas em relação aos agentes sociais econômicos: “No município existem poucas empresas e todas estão sobrecarregadas de impostos”. Em todos os municípios aparecem as ações de cooperação com o setor privado “de forma pontual”.

Sobre a governança de múltiplo nível, aparece a questão do transporte urbano na Região Metropolitana de Belém. Uma coordenação “menor” aparece nas áreas de saúde e educação. Existe interesse em mais ampla coordenação nos municípios maiores (Belém e Ananindeua) na questão ecológica e ambiental como, por exemplo, o uso dos depósitos de resíduos urbanos.

Na sociedade civil (**agentes sociais**), a maioria dos diretores e gerentes das entidades e associações afirmam que fazem ações sociais em várias áreas, mas tem pouco conhecimento sobre os ODM. Quem tem maior conhecimento mostram ceticismo sobre o cumprimento integral dos ODM. “Os pactos da ONU são muito utópicos”, disse o pároco de Nazaré.

Nenhuma das entidades realiza projetos ou ações conjuntas com as empresas privadas. Em relação a cooperação com as instâncias governamentais, existem convênios, participação na Agenda 21 e colaboração nos respectivos planos diretores. A predisposição de seguir cooperando com instâncias governamentais é ampla.

Entre os **agentes econômicos**, mostra-se um relativo conhecimento dos princípios dos ODM e do Pacto Global. As empresas realizam ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que podem coincidir com os ODM embora não de forma explícita. Cada empresa entende de forma diferente o que significa a RSC, de tal modo que as ações que realizam abrangem desde financiamento de fundações até ações de caráter exclusivamente de ajuda assistencial, como a entrega de comida. As formas em que se manifesta a RSC compreendem as seguintes tipologias:

- a) Ações que entram plenamente em uma moderna RSC: Projeto contínuo do Criança Vida (empresa setor comunicação). Ações de educação ambiental na comunidade (empresa industrial).
- b) Ações que não fazem parte da RSC: reciclagem de materiais produzidos pela própria empresa, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente (setor bancário e industrial).
- c) Ações de ajuda e assistência motivadas subjetivamente por convicções religiosas, sem assumir as bases da RSC: Doações e entrega para a comunidade de “cestas básicas que estão próximas do prazo de validade” (supermercado).

Sobre a atitude empresarial frente ao poder local e a sociedade civil, há as seguintes formas:

- 1) **Empresa e sociedade civil organizada:** embora as empresas afirmam colaborar com a sociedade civil, a qualidade desta cooperação fica pouco definida. Manifestam-se boas intenções como “o objetivo é propor a orientação, para a conscientização da comunidade local”, embora não mostrem o que entendem por conscientização local (empresa industrial).
- 2) **Empresa e poder público:** se manifesta uma predisposição aberta, mas aparecem dificuldades. A cultura política existente e a falta de tradição cultural de cooperação com o governo se mencionam como aspectos mais importantes. “Aparecem diversos problemas logísticos, culturais (...) Penso que é um problema cultural e ideológico do próprio governo” (empresa do setor comunicação)
- 3) **Empresa e redes sociais,** mostram-se abertas à realização de redes sociais, embora não saibam como participar.

Eis a definição de Guedes (2000) sobre a RSC: “Uma empresa exerce plenamente sua responsabilidade social empresarial quando possui gestão eficaz de responsabilidade social tanto com relação ao seu público interno (beneficiários internos) quanto ao externo (beneficiários externos)”. Com isso, emergem questões não menos importantes: Os beneficiários internos conquistam melhores condições de trabalho e salariais ou os salários seguem mantendo-se ao limite da sobrevivência? Sobre os “beneficiários externos”, qual o tipo de gestão mais eficaz?

Tradicionalmente, os **municípios (poder local)** não buscam soluções a partir do consenso entre iniciativas pública, privada e sociedade civil. Frente a esta situação, a aplicação de uma governança urbana e a existência de alguns interlocutores com capacidade de estabelecer o diálogo necessário são fundamentais para a mudança do quadro. O poder local se mostra com pouca iniciativa e capacidade para impulsionar o diálogo necessário com os agentes sociais, manifestando uma clara falta de gerência unificada na Grande Belém. Nessa região, a governança ainda não tem a suficiente capacidade para

estabelecer o diálogo necessário para possibilitar o consenso entre o setor público, privado e a sociedade civil de forma continuada.

A **sociedade civil**, analisada a partir das ONGs e da entidade católica, manifesta pouco conhecimento dos Objetivos e da cooperação com os agentes econômicos (empresas privadas).

Os **agentes econômicos** ainda podem otimizar melhor as ações coordenadas com o poder local e a sociedade civil, através de ações de cooperação entre as ONGs e as associações. Neste sentido, aparecem questões importantes para futuras investigações referentes à análise da quantidade de recursos sobre os benefícios líquidos das empresas, respeito ao benefício total ou sobre a obrigatoriedade de destinar estes recursos para ações de RSC, a partir dos benefícios fiscais. A cultura política aparece como um obstáculo para empreender uma coordenação mais efetiva.

Entre esses agentes, se detectam grande quantidade de iniciativas e projetos, embora desconectados uns dos outros, dispersos, e com pouca atuação prática com outras entidades, de tal forma, que não apresentam capacidade mínima para modificar as relações de exclusão social e pobreza existentes. Para futuras pesquisas, seria necessária analisar, quantitativamente o volume econômico desses projetos com respeito à receita total de vendas das empresas, e as ajudas e isenções fiscais que recebem precisamente para investir em projetos sociais.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Benaia Vieira de. Cartilha Ecológica. UFPA/ PRONERA/ INCRA, Belém, 2003.

ASHLEY, Patricia Almeida (coord.) Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo, Saraiva, 2001.

AZEVEDO, Sergio de; ANASTASIA, Fátima. Governança, “Accountability” e Responsividade. In: *Revista de Economia Política*. Vol. 22. n. 1, 2002.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. Progreso Económico y Social en América Latina, Washington, D.C, BID, 2006.

BARP, Wilson José. Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia. Campinas-SP, Tesis de Doctorado, IFCH/ UNICAMP, 1997.

BARP, Wilson José. “Violência: Conceito e Operacionalização”, In: Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Amazônia, Belém, v.1. 1998, pp. 85-114.

BECKER, Bertha. “Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia” In: Cadernos NADIAM, Brasília, MMA, 1999.

CARROLL, A.B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of corporate stakeholders. In: *Business Horizons*, v.34 jul/ago, 1991, p.42.

CIDSE-Caritas Internationalis. Campaña Internacional sobre los Objetivos de Desarrollo del Milenio, en: *Documentación Social*, Madrid, n. 136. pp. 211-223, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-NACIONAL. Conflitos no campo Brasil. Goiânia, 1995.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-NACIONAL. Conflitos no campo Brasil. Pe. Berthier, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-NACIONAL. Conflitos no campo Brasil. Pe. Berthier, 2005.

COELHO, Magda & DINIZ, Eli. Governabilidade, Governança Local e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1995.

CRAWFORTH, Margaret. Building the workingman’s paradise: the design of American company towns. New York, 1995.

DE SOUZA, Silvio Marcus. (Org.) Capital Social e desenvolvimento regional. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2003.

DE ACEVEDO, Sérgio; ANASTASIA, Fátima. “Governança, “Accountability” e Responsividade”, en: Revista de economia Política, vol. 22, n. 1, janeiro-março, 2002, pp.79-97.

DINIZ, Eli. "Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil nos Anos 90". *Dados*, vol. 38, nº 3, 1995.

DINIZ, Eli. “Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma” In: Revista do serviço Público, ano 47, v. 120, n. 2, Brasília, Mai-Ago, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ESCOLA DE GOVERNO.. Relatório de pesquisa: Descentralização e desenvolvimento institucional dos municípios mineiros: avaliação da concepção e da implementação da estratégia do programa SOMMA. (Texto para discussão nº 33) Horizonte, 2007.

GUBA, E.G. y LINCOLN, Y.S. “Competing paradigms in qualitative research”, In: N.K. DENZIN & LINCOLN (eds.) Handbook of qualitative research. Thousand Oaks, California, Sage, pp. 105-117, 1994.

HORA GOÍIS, João Bosco; OLIVEIRA SANTOS, Aline; SANTOS COSTA, Isis “Responsabilidade social empresarial: uma análise dos discursos dos seus atores” In: Serviço Social & Sociedade, ano XXV, n. 78 Julho, 2004, pp. 82-109.

INSTITUTO OBSERVATORIO SOCIAL. Responsabilidade Social Empresarial. Perspectivas para a ação sindical. Florianópolis, IOS, 2004.

JONES, Audra (2003) Procurando o sentido da responsabilidade social corporativa. Disponible: <http://www.iaf.gov/grants> (acceso diciembre, 2003).

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G.. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. Rev. Adm. Pública., Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>. (Acesso em: 17 Abr 2007). Pré-publicação.

MAYNTZ, Renate “Nuevos desafíos de la teoría de Governance”. In: Instituciones y Desarrollo, n. 7, Barcelona, IIG. pp. 35-51, 2001.

MELLO, Marcus André. “Ingovernabilidade: desagregando o Argumento” en: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) Governabilidade e Pobreza. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995.

MOURÃO VASCONCELOS. “A proposta de *empowerment* e sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental”. In: Serviço Social & Sociedade, n. 65, ano XXII, março 2001. pp. 5-53.

PELIANO, A.M.C. A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Brasil. Brasília, IPEA, 2002.

PONT VIDAL, Josep. Desenvolupament sostingut i les Organitzacions No Governamentals en el context del nou ordre mundial. Fundació Campalans, Papers de la Fundació, n. 68. Barcelona, 1995.

PONT VIDAL, Josep. Políticas Sociales y Actores Colectivos. Estudio de casos. Washington, DC, Banco Interamericano de Desarrollo-INDES, 2001.

PONT VIDAL, Josep; Raimundo WELLINGTON; Dina BELCHIOR. Prática de responsabilidade social em pequenas empresas: um estudo multicasos. Fortaleza, UECE, 2004.

PONT VIDAL, Josep; ABREU Maurilio de. Familia, trabajo y participación en los municipios minero-metalúrgicos de la Amazônia de Barcarena, Parauapebas y Oriximina. Belém: NAEA / UFPA, 2006.

PONT VIDAL, Josep. *Grounded theory*. e as possibilidades da pesquisa na complexidade da Amazônia. Papers do NAEA, n. 205, Belém, UFPA, 2006.

PROGRAMA NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Investindo no Desenvolvimento. Um Plano Prático para Atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nova Iorque, 2005.

PROGRAMA NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Unleashing Entrepreneurship: Making Business Work for the poor. Report of the Comissions on the Private Sector and Development to the UN Secretary-General. Nova Iorque, 2004.

PROGRAMA NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Human Development Report 2004. Nova Iorque, Oxford University Press, 2004.

PROGRAMA NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO BRASIL. Coleção de estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da rede de laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos Objetivos de desenvolvimento do Milênio. Brasília, 2004.

PUTMAN, Robert. Comunidade e democracia: A Experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 2000.

SANTOS, Maria Rosimary Soares. Municípios da Cidadania: mudança institucional e democratização no Brasil” UFMG/ Departamento de Ciência Política (Dissertação, Mestrado), 1996.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. Dados., Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script>. (Acesso em: 16 Apr 2007). Pré-publicação.

SAUER, Sérgio. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia, CPT, 2005.

SCHMITTER, Philippe “La mediación entre los intereses y la gobernabilidad de los regímenes de la Europa Occidental y estados Unidos en la actualidad” en: BERGER, Suzanne (comp.) La organización de los grupos de interés en Europa Occidental. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1988, pp. 353-402.

SPOSATI, Aldaiza. “Gestão intergovernamental para o enfrentamento da exclusão socio no Brasil”, In: WERTHEIM, Jorge; JOVCHELOVITCH, Marlova. Pobreza e desigualdade no Brasil. Brasília, UNESCO, 2004, p.177-199.

TORCAL, Mariano. “La desafección política en las nuevas democracias del Sur de Europa y Latinoamérica”, In: Instituciones y Desarrollo, num. 8 y 9, mayo. Barcelona: IIG, 2001, pp. 229-280.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) Governabilidade e Pobreza. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995.

VAZ, José Carlos Como incorporar a transparência em um modelo de gestão municipal?. 2000, Disponible: <http://www.polis.org.br/publicações/artigos/traspavaz.html>.

VERGARA, Sylvia Constant; BRANCO, Paulo Durval “Empresa humanizada: a organização necessária e possível”, In: Revista de administração de empresas. São Paulo, v. 41, abr/jun. 2001. p.20-30.

VILMAR, M.L. As práticas trabalhistas e ambientais das empresas transnacionais na sociedade de risco. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 2002.

WERTHEIM, Jorge; JOVCHELOVITCH, Marlova (Org.) Pobreza e Desigualdade no Brasil. Traçando caminhos para a inclusão social. Brasília, UNESCO, 2004.

YIN, Robert K. Estudo de caso. Planejamento e Métodos. São Paulo, Bookman, 2001.

AZEVEDO, Sergio de; ANASTASIA, Fátima. Governança, "Accountability" e Responsividade. In: Revista de economia política. vol. 22. n.1. local: editora, 2002.

DINIZ, Eli. "Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil nos Anos 90". In: *Dados*, vol. 38, nº 3, 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ESCOLA DE GOVERNO.. Relatório de pesquisa: Descentralização e desenvolvimento institucional dos municípios mineiros: avaliação da concepção e da implementação da estratégia do programa SOMMA. Texto para discussão n. 33, Horizonte, 2007.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G.. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. Rev. Adm. Pública., Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>. (Acesso em: 17 abr 2007). Pré-publicação

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. *Dados*., Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> (Acesso em: 16 apr. 2007). Pré-publicação.

Internet

<http://www.pactoglobal.org.br/>

www.br.com.br/portaibr/calandra.nsf#http://www.br.com.br/portaibr/calandra

<http://www.unglobalcompact.org>

http://www.unicrio.org.br/Textos/pacto_01.html

ANEXOS**Membros do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)**

Aché Laboratórios
ACIJ — Associação Comercial e Industrial de Joinville
AIESEC no Brasil
AMARRIBO — Associação dos Amigos de Rio Bonito
Associação Comercial do Paraná
Banco do Brasil
BASF SA
BOVESPA — Bolsa de Valores de São Paulo
Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira
CACB — Confederação das Associações Comerciais do Brasil
Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira
COPEL — Companhia Paranaense de Energia
CorpBrasil
CPFL Energia
Dharma — CTBA — Paraná
DIESAT — Departamento Intersindical de
FIEMG — Conselho de Cidadania
FIEPR — Federação das Indústrias do Paraná
FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FDC — Fundação Dom Cabral
GTZ — Agência Alemã de Cooperação Técnica
HP Brasil
ICEM
Instituto Ethos
ISAE — FGV Paraná
Natura Cosméticos
Novartis
OAB / Guarulhos
O Boticário
Observatório Social
OIT — Organização Internacional do Trabalho
PETROBRAS
PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Pricewaterhouse Coopers

UNAIDS — Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV/AIDS

Santander Banespa

Sindicato dos Químicos do ABC

Souza Cruz S.A

Suzano Bahia-Sul

Transparência Brasil

Unilever

Questionários



O presente formulário é destinado à coleta de informações sobre as ações do Pacto Global e Objetivos do Milênio, e faz parte da pesquisa: **“Os Objetivos do Milênio e o Pacto Global: estratégias e possibilidades no Estado do Pará”**, coordenado pelo professor Dr. Josep Pont Vidal e realizado pelos alunos do curso FIPAM (Núcleo Altos Estudos Amazônicos NAEA-UFPA), envolvendo Prefeituras, Empresas Privadas e Organizações Não Governamentais.

CAMPO DE PESQUISA: GOVERNO MUNICIPAL

1. Nº DO QUESTIONÁRIO _____	2. DATA DA ENTREVISTA: ___/___/___
3. PREFEITURA: _____	4. PARTIDO DO PREFEITO: _____
5. COMPOSIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA: _____	
6. SETOR DE CONTATO: _____	
7. CARGO DO ENTREVISTADO: _____	
8. ESCOLARIDADE: Ensino Médio <input type="checkbox"/> Ensino Superior <input type="checkbox"/> Ens. Profissionalizante <input type="checkbox"/>	
9. SEXO: Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>	

10. VOCÊ CONHECE OS OBJETIVOS DO MILÊNIO? SIM NÃO

11. VOCÊ CONHECE O PACTO GLOBAL? SIM NÃO

12. QUAIS DESTAS AÇÕES A PREFEITURA REALIZA:

1. Combate à fome e à miséria.
 INICIATIVA: Local Estadual Federal Outros Parceiros
2. Educação de qualidade para todos.
 INICIATIVA: Local Estadual Federal Outros Parceiros
3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher.
 INICIATIVA: Local Estadual Federal Outros Parceiros
4. Redução da mortalidade infantil.
 INICIATIVA: Local Estadual Federal Outros Parceiros
5. Melhoria da saúde das gestantes.
 INICIATIVA: Local Estadual Federal Outros Parceiros
6. Ações de combate à AIDS, malária e outras doenças.

INICIATIVA: Local Estadual Federal Outros Parceiros

7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

INICIATIVA: Local Estadual Federal Outros Parceiros

8. Trabalho pelo desenvolvimento.

INICIATIVA: Local Estadual Federal Outros Parceiros

13. VOCÊ SABE SE A PREFEITURA TEM A INTENÇÃO DE SE VINCULAR AO PACTO GLOBAL E OBJETIVOS DO MILÊNIO?

ESTA PREFEITURA COSTUMA TRABALHAR EM REDE COM OUTRAS?

14. ESTE GOVERNO MUNICIPAL JÁ PROMOVEU ALGUMA AÇÃO ENVOLVENDO SOCIEDADE CIVIL E EMPRESA(S) PRIVADA(S)?



O presente formulário é destinado à coleta de informações sobre as ações do Pacto Global e Objetivos do Milênio, e faz parte da pesquisa: **“Os Objetivos do Milênio e o Pacto Global: estratégias e possibilidades no Estado do Pará”**, coordenado pelo professor Dr. Josep Pont Vidal e realizado pelos alunos do curso FIPAM (Núcleo Altos Estudos Amazônicos NAEA-UFPA), envolvendo Prefeituras, Empresas Privadas e Organizações Não Governamentais.

CAMPO DE PESQUISA: SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

1. N° DO QUESTIONÁRIO _____	2. DATA DA ENTREVISTA: ___/___/___
3. ENTIDADE: _____	
4. FOCO: _____ UNIDADE: _____	

5. SETOR DE CONTATO: _____

6. CARGO DO ENTREVISTADO: _____

7. ESCOLARIDADE: Ensino Médio Ensino Superior Ens. Profissionalizante

8. SEXO: Masculino Feminino

10. *VOCÊ CONHECE OS OBJETIVOS DO MILÊNIO? SIM NÃO

11. *VOCÊ CONHECE O PACTO GLOBAL? SIM NÃO

12. QUAIS DESTAS AÇÕES SUA ENTIDADE REALIZA:

1. Combate à fome e à miséria.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Federal Transnacional

Trabalha em Rede de Parcerias? SIM NÃO

Explique: _____

2. Educação de qualidade para todos.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Federal Transnacional

Trabalha em Rede de Parcerias? SIM NÃO

Explique: _____

3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Federal Transnacional

Trabalha em Rede de Parcerias? SIM NÃO

Explique: _____

4. Redução da mortalidade infantil.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Federal Transnacional

Trabalha em Rede de Parcerias? SIM NÃO

Explique: _____

5. Melhoria da saúde das gestantes.

* Perguntas dirigidas a ocupantes de cargo político e/ou responsável técnico da Entidade.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Federal Transnacional

Trabalha em Rede de Parcerias? SIM NÃO

Explique: _____

6. Ações de combate à AIDS, malária e outras doenças.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Federal Transnacional

Trabalha em Rede de Parcerias? SIM NÃO

Explique: _____

7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Federal Transnacional

Trabalha em Rede de Parcerias? SIM NÃO

Explique: _____

8. Trabalho pelo desenvolvimento.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Federal Transnacional

Trabalha em Rede de Parcerias? SIM NÃO

Explique: _____

COMO A ORGANIZAÇÃO DECIDE REALIZAR SUAS AÇÕES?

13. CITE AS AÇÕES SOCIAIS QUE VOCÊ DESTACA COMO EXITOSAS NA ESTRATÉGIA DA ENTIDADE:

14. CITE AS AÇÕES SOCIAIS QUE NÃO OBTIVERAM O ÊXITO ALMEJADO NA ESTRATÉGIA DA ENTIDADE:



O presente formulário é destinado à coleta de informações sobre as ações do Pacto Global e Objetivos do Milênio, e faz parte da pesquisa: **“Os Objetivos do Milênio e o Pacto Global: estratégias e possibilidades no Estado do Pará”**, coordenado pelo professor Dr. Josep Pont Vidal e realizado pelos alunos do curso FIPAM (Núcleo Altos Estudos Amazônicos NAEA-UFPA), envolvendo Prefeituras, Empresas Privadas e Organizações Não Governamentais.

CAMPO DE PESQUISA: EMPRESA PRIVADA

1. N° DO QUESTIONÁRIO _____	2. DATA DA ENTREVISTA: ___/___/___
3. EMPRESA: _____	
4. RAMO: _____ MATRIZ <input type="checkbox"/> FILIAL <input type="checkbox"/>	
5. SETOR DE CONTATO: _____	
6. CARGO DO ENTREVISTADO: _____	
7. ESCOLARIDADE: Ensino Médio <input type="checkbox"/> Ensino Superior <input type="checkbox"/> Ens. Profissionalizante <input type="checkbox"/>	
8. SEXO: Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>	

9. VOCÊ CONHECE OS OBJETIVOS DO MILÊNIO? SIM NÃO

10. VOCÊ CONHECE O PACTO GLOBAL? SIM NÃO

11. QUAIS DESTAS AÇÕES SUA EMPRESA REALIZA:

1. Combate à fome e à miséria.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Nacional Transnacional

Dirigida só aos empregados SIM NÃO

À comunidade SIM NÃO

Tem parceiros SIM NÃO QUAIS?

2. Educação de qualidade para todos.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Nacional Transnacional

Dirigida só aos empregados SIM NÃO

À comunidade SIM NÃO

Tem parceiros SIM NÃO QUAIS?

3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Nacional Transnacional

Dirigida só aos empregados SIM NÃO

À comunidade SIM NÃO

Tem parceiros SIM NÃO QUAIS?

4. Redução da mortalidade infantil.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Nacional Transnacional

Dirigida só aos empregados SIM NÃO

À comunidade SIM NÃO

Tem parceiros SIM NÃO QUAIS?

5. Melhoria da saúde das gestantes.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Nacional Transnacional

Dirigida só aos empregados SIM NÃO

À comunidade SIM NÃO

Tem parceiros SIM NÃO QUAIS?

6. Ações de combate à AIDS, malária e outras doenças.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Nacional Transnacional

Dirigida só aos empregados SIM NÃO

À comunidade SIM NÃO

Tem parceiros SIM NÃO QUAIS?

7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Nacional Transnacional

Dirigida só aos empregados SIM NÃO

À comunidade SIM NÃO

Tem parceiros SIM NÃO QUAIS?

8. Trabalha pelo desenvolvimento.

ÂMBITO: Local Estadual Regional Nacional Transnacional

Dirigida só aos empregados SIM NÃO

À comunidade SIM NÃO

Tem parceiros SIM NÃO QUAIS?

12. ESTA EMPRESA COSTUMA TRABALHAR EM REDES SOCIAIS?

13. ESTA EMPRESA TEM PREDISPOSIÇÃO EM REALIZAR AÇÕES EM PARCERIA COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E GOVERNO?

14. ESTA EMPRESA REALIZA ALGUMA AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL? SE POSITIVO: O QUE A MOTIVOU ?

15. CITE AS AÇÕES QUE VOCÊ DESTACA COMO EXITOSAS NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA AS ESTRATÉGIAS DA EMPRESA:

16. CITE AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL QUE NÃO OBTIVERAM O ÊXITO ALMEJADO NAS ESTRATÉGIAS DA EMPRESA:
